

# Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo

*Deciphering the Lula Government: Interpretations of  
Contemporary Brazil*

*Fernando Perlatto<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar algumas interpretações recentes sobre o Brasil contemporâneo, que buscaram compreender as principais características e os desdobramentos mais importantes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nesse sentido, o texto foca as análises de conjuntura formuladas por oito cientistas sociais – a saber, Emir Sader, André Singer, José Maurício Domingues, Marcos Nobre, Francisco de Oliveira, Ruy Braga, Luiz Werneck Vianna e José de Souza Martins –, classificando-as em interpretações mais positivas e mais negativas sobre o governo Lula. De modo geral, o objetivo é o de demonstrar as possibilidades plurais e diversificadas abertas por essas análises – no sentido de se compreender de forma mais ampla este momento contraditório da política brasileira.

**ABSTRACT:** This article intends to analyze some recent interpretations on contemporary Brazil, that tried to understand the main features and the most important ramifications from the government of president Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). In that sense, the article focuses the conjunctural analysis formulated by eight social scientists – namely Emir Sader, André Singer, José Maurício Domingues, Mark Noble, Francisco de Oliveira, Ruy Braga, Luiz Werneck Vianna and José de Souza Martins –, classifying them according to more positive or negative interpretations of the Lula government. In general, the goal of the article is to point out the plural and diverse possibilities opened up by these analyses in order to widely understand this contradictory moment in Brazilian politics.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governo Lula. Análises de conjuntura. Democracia brasileira.

**KEYWORDS:** Lula Government. Conjuncture analysis. Brazilian democracy.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) e Professor Adjunto de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: fperlatto@yahoo.com.br

Interpretar o Brasil, tendo em vista os acontecimentos do tempo presente, tem sido uma tarefa a animar a *intelligentsia* brasileira desde tempos remotos. Basta pensar em nomes tão diversos, como José Bonifácio, Visconde do Uruguai, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e Raymundo Faoro, para se constatar que, não obstante as diferenças de suas abordagens, esses intelectuais procuraram, ao longo dos anos, inquirir a nação, com base nas transformações que tinham curso no momento mesmo em que escreviam seus trabalhos, de sorte a identificar os principais desafios que se colocavam para o país naquele contexto específico. Quer seja em abordagens mais conversadoras, quer seja em perspectivas mais progressistas, esses intelectuais, olhando as mudanças no tempo presente, procuraram construir argumentos sobre aquilo que somos e sobre aquilo que nos deveríamos tornar (PERLATTO; SOUSA, 2010). Vista dessa perspectiva, portanto, essas interpretações da conjuntura, isto é, essas leituras sobre o tempo presente, nunca se encerraram apenas no âmbito analítico, tendo, antes, a pretensão de construir orientações normativas sobre as mudanças e reformas necessárias a se fazer no sentido de assegurar determinado sentido ao andamento da modernização brasileira.

Em tempos mais recentes, já no contexto da redemocratização e da consolidação da democracia, após a Constituição de 1988, nos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, as interpretações sobre a conjuntura nacional permaneceram como exercícios intelectuais relevantes no sentido de compreender os principais desafios colocados para a sociedade brasileira, do que são exemplares trabalhos como *De Um Plano Collor a Outro* (1991), de Luiz Werneck Vianna; *Collor, A Falsificação da Ira* (1992), de Francisco de Oliveira, FHC; *Os Paulistas no Poder* (1995), organizado por Roberto Amaral, Labirintos; *Dos Gerais à Nova República* (1996), de Brasílio Sallum Junior; e *A Desertificação Neoliberal no Brasil* (2005), de Ricardo Antunes. Nos últimos anos, especialmente, uma profusão de importantes trabalhos foram publicados dedicados à compreensão das principais características, heranças e desdobramentos do Governo Lula (2003-2010) para o Brasil contemporâneo. Marcado por contradições de ordens diversas desde a sua origem – basta lembrar que Lula foi eleito tanto como o resultado de uma ampla mobilização popular crítica ao projeto neoliberal, quanto como decorrência do pacto com as forças do mercado, via “Carta ao Povo Brasileiro” –, os dois mandatos de Lula inauguraram uma nova conjuntura política, que tem sido objeto de disputas teóricas e políticas sobre o seu real significado e acerca de seus principais desdobramentos. Como decorrência desse quadro, o esforço no sentido de decifrar o enigma do “lulismo” tem animado, nos últimos anos, diversos analistas da conjuntura brasileira do tempo presente, que, com base em perspectivas distintas e orientações políticas diversas, têm se

debruçado para compreender o que o governo Lula significou em termos de avanços, limites, contradições, heranças e potencialidades.

Nas linhas que se seguem, procurarei discutir de que maneira determinados autores procuraram decifrar o enigma lulista ao longo dos últimos anos. O intuito será, nessa perspectiva, refletir sobre interpretações sobre o governo Lula, buscando compreender suas principais orientações e desdobramentos<sup>2</sup>. Não se trata de afirmar que as leituras aqui mobilizadas sobre o país sejam as únicas e as mais importantes disponíveis no cenário intelectual brasileiro<sup>3</sup>. Mas, a meu ver, elas são análises de conjuntura exemplares, elaboradas por diferentes cientistas sociais, que procuraram compreender, segundo perspectivas diversas, os avanços e limitações da experiência petista na condução do governo federal. Não se tem aqui também, e isso é importante ressaltar, qualquer pretensão de elaborar uma discussão pormenorizada de cada uma dessas interpretações sobre o Brasil contemporâneo, mas tão somente apontar para os sentidos gerais dos principais argumentos mobilizados pelos analistas, explorando aproximações e tensões, com o intuito de mostrar como elas contribuem para uma compreensão mais ampla sobre os principais direcionamentos do governo Lula.

Ainda que de maneira esquemática, as leituras e as interpretações selecionadas sobre o tempo presente foram divididas em dois grandes blocos à guisa de uma discussão mais sistemática, quais sejam: aquelas interpretações que têm construído análises *mais positivas* sobre a herança lulista e aquelas que tecem considerações *mais negativas* sobre a experiência petista. Enquanto no primeiro grupo, serão focadas as interpretações formuladas por Emir Sader, André Singer, José Maurício Domingues e Marcos Nobre, no segundo grupo, a atenção será deslocada para as abordagens de Francisco de Oliveira, Ruy Braga, Luiz Werneck Vianna e José de Souza Martins. Não obstante haja diferenças significativas entre as leituras do Brasil contemporâneo elaboradas pelos autores “pertencentes” a cada bloco, e ainda que a maior parte dessas reflexões esteja atravessada pela percepção de elementos positivos e negativos, é possível sublinhar aproximações em suas concepções mais gerais acerca dos principais direcionamentos do projeto político implementado no decorrer do governo Lula. Ao final do texto, em diálogo com essas interpretações sobre o Brasil contemporâneo, será enfatizado de que maneira essas análises diversificadas contribuem para um entendimento mais plural das contradições, avanços, limites e

---

2 Ainda que o foco principal do texto sejam as reflexões sobre a “era Lula”, estarão presentes na análise seus principais desdobramentos no primeiro governo de sua sucessora, Dilma Rousseff (2010-2014).

3 Para outras análises construídas sobre o governo Lula, que não serão objeto de análise neste texto, ver: Ricci (2010); Cardoso (2011). Entre os autores internacionais que se debruçaram sobre a compreensão do governo Lula, destaca-se, especialmente, Anderson (2011).

potencialidades da chamada “era Lula” para o avanço dos processos de democratização política e social do país.

\*\*\*\*\*

Entre as interpretações recentes sobre o Brasil contemporâneo que têm privilegiado um olhar mais positivo da experiência petista frente ao governo do país, merecem destaque as análises recentes elaboradas por Emir Sader, em diferentes trabalhos, a exemplo dos artigos “Brasil, de Getúlio a Lula” e “A Construção da Hegemonia Pós-neoliberal”, publicados, respectivamente, nos livros *Brasil. Entre o Passado e o Futuro* e *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil*. Em relação ao primeiro texto, Sader discute algumas similaridades entre os governos de Getúlio Vargas e os de Lula, sobretudo no que concerne à prioridade conferida às políticas sociais, à construção de um projeto nacional-desenvolvimentista e à formulação de um discurso direcionado diretamente aos segmentos populares. Este artigo, vale destacar, é curioso, na medida em que mostra uma leitura valorizadora da obra de Getúlio Vargas, quando, paradoxalmente, o PT nasceu, nos anos 1980, rejeitando o varguismo, com sua política “populista” e nacional-desenvolvimentista, que teria implicado, segundo seus críticos, o estabelecimento de relações heterônomas entre Estado e sociedade civil, resultando no enfraquecimento dos conflitos classistas na sociedade. Para além desta observação, o que importa reter é o fato de, neste artigo, Sader ter buscado analisar o governo Lula como atravessado por rupturas e continuidades, caracterizando o que ele denomina como uma “era híbrida”, que abriria novas possibilidades de avanços para a construção de um projeto de superação ao neoliberalismo (SADER, 2010).

No texto “A Construção da Hegemonia Pós-neoliberal”, Sader avança neste diagnóstico, tecendo uma avaliação positiva da experiência petista no poder, argumentando que os governos Lula e Dilma se caracterizariam pela procura do rompimento com o neoliberalismo, pela superação dos modelos centrados no Estado mínimo, nas relações externas prioritariamente voltadas para os Estados Unidos, e com os países do centro do sistema, privilegiando, em contrapartida, no plano interno, programas de inclusão social e, no plano externo, os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul. Na busca de rompimento com a “pesada herança” econômica, social e política recebida, estes governos teriam resgatado o Estado como indutor do crescimento econômico e da garantia dos direitos sociais de todos, estabelecendo um modelo de desenvolvimento articulado com políticas sociais redistributivas, dando maior prioridade não aos mecanismos de mercado, mas aos direitos sociais. As consequências da adoção deste novo modelo seriam atestadas pela transformação significativa da estrutura social do país, mediante o desenvolvimento de políticas públicas

voltadas para o combate à pobreza, à miséria e à desigualdade, que teriam conduzido à ascensão econômica e social milhões de brasileiros. Mesmo a crise econômica internacional de 2008, que afetou direta ou indiretamente todos os países do mundo, incluindo o Brasil, não teria sido suficiente para estancar o processo de inclusão social em curso na sociedade brasileira.

A “herança pesada” recebida pelos governos Lula e Dilma, que Sader associa, quer aos efeitos da ditadura militar, quer aos governos neoliberais de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, teria imposto dificuldades para a implementação de uma nova era de desenvolvimento econômico e social no país. Para superar os processos de enfraquecimento do Estado, da forte presença do capital estrangeiro, do enfraquecimento do mercado interno e da fragmentação da sociedade, Lula e Dilma teriam priorizado três grandes agendas, a saber: investimento em políticas sociais; avanço nos processos de integração regional e no estabelecimento de intercâmbios Sul-Sul; e retomada do papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda. Como decorrência dessas medidas, Sader afirma que os governos Lula e Dilma constituíram o “eixo do modelo pós-neoliberal”, que seria comum a outros governos progressistas latino-americanos, que conjugariam a superação do neoliberalismo com a construção de projetos autônomos de integração regional em relação aos Estados Unidos. Para o autor, o desafio que se colocaria na conjuntura política atual estaria relacionado ao aprofundamento de projetos de sociedade “que não apenas reajam e resistam à onda neoliberal, mas proponham a construção de sociedades justas, soberanas e solidárias” (SADER, 2013, p.141), movimento este que implicaria o avanço de agendas como a tributação da movimentação do capital financeiro, o fortalecimento dos bancos públicos, o robustecimento da agricultura familiar, a democratização dos meios de comunicação e o estabelecimento do financiamento público de campanha, de sorte a romper com o domínio do capital financeiro sobre o sistema político.

No campo de interpretações mais positivas sobre o governo Lula, merece destaque especial a análise construída por André Singer, exposta inicialmente nos artigos “Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo” e “A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores”, publicados na revista do Cebap, *Novos Estudos*, respectivamente, em 2009 e 2010. Mais recentemente, Singer sintetizou seus argumentos no livro *Os Sentidos do Lulismo. Reforma Gradual e Pacto Conservador*, publicado em 2010, que contém, além dos artigos acima referidos, outros dois textos – “O Sonho Rooseveltiano do Segundo Mandato” e “Será o Lulismo um Reformismo Fraco?” – que expõem de maneira mais pormenorizada seu argumento. Em suas análises, Singer procura estabelecer uma interpretação da conjuntura política do governo Lula, que se ancora em conceitos formulados por autores clássicos – em especial, as noções de “política de massas” e “revolução passiva”, elabora-

das, respectivamente, por Marx e Gramsci – em diálogo direto com interpretações clássicas da política brasileira – como aquela sobre o “populismo” realizada por Francisco Weffort – e análises de outros autores brasileiros que vêm procurando compreender o “caráter ambíguo” do lulismo e suas consequências políticas e sociais.

De acordo com Singer, determinadas transformações conjunturais que se intensificaram a partir de 2006 impulsionaram o surgimento de novo fenômeno na política brasileira, a que denominou “lulismo”. A combinação entre a adoção, entre 2003 e 2005, por parte do governo Lula, de políticas voltadas para a redução da pobreza – em especial, o programa “Bolsa Família” e o aumento do salário mínimo – e a crise do “mensalão”, em 2005, teria produzido no país um “realinhamento eleitoral”, que teria sido responsável pela transformação da conjuntura política brasileira: de um lado, uma fração de classe, o “subproletariado”, outrora refratária ao PT, teria aderido ao projeto “lulista”; de outro lado, teria ocorrido o deslocamento da classe média, antes eleitorado típico do PT, em direção ao PSDB, portador do discurso do combate à corrupção. Para Singer, a base lulista surgida após este “realinhamento” teria proporcionado ao presidente a possibilidade de ampliação do modelo de diminuição da pobreza, sem que isto representasse qualquer confronto significativo com o capital e com a manutenção da ordem. Ao contrário de análises que sustentam a ideia segundo a qual teria havido uma despolarização da política brasileira após ascensão do PT ao poder, o autor afirma que o país estaria vivenciando um processo de “polarização ideológica”, não mais entre esquerda e direita, mas “entre ricos e pobres”, produzindo forte repercussão regional, especialmente no Nordeste.

Singer situa sua análise no debate mais amplo sobre classes e procura chamar a atenção para o caráter contraditório dos dois mandatos de Lula, que formariam a síntese conflitante das “duas almas” que habitam o PT: aquela mais reformista de sua fundação do colégio Sion, de 1980, e outra mais conservadora, presente nas diretrizes do programa de governo, apresentada em 2002, na convenção do Anhembi, em São Paulo. Impulsionado por essas “duas almas” contraditórias, o projeto lulista promoveria “um reformismo suficientemente fraco para desestimular conflitos”, estendendo no tempo “a redução da tremenda desigualdade nacional” (SINGER, 2009, p. 22). Se, de uma parte, o realinhamento eleitoral de 2006 e o fenômeno do “lulismo” teriam intensificado a polarização social entre ricos e pobres, de forma “talvez até mais intensa do que a dramatizada por PTB e UDN nos anos 1950” (p. 36), esse realinhamento não teria conduzido a uma radicalização política desta mesma polarização social. Para Singer, ao analisar o fenômeno de forma mais ampla, seria possível dizer que o “lulismo” conduziria a uma “ruptura real” da ordem anterior, ao deslocar o subproletariado da burguesia, mas, ao fazê-lo *sem mobilização*, configurar-

-se-ia um caso de “revolução passiva”, na chave pensada por Gramsci. De qualquer modo, o lulismo representaria “a criação de um bloco de poder novo, com projeto político” (p. 37), abrindo “possibilidades inéditas a partir dessa *novidade histórica*” (p. 44, grifo do autor). Ainda que “lento e desmobilizador”, o reformismo lulista permaneceria sendo “reformismo”, ao promover *modificações reais*, ainda que “em silencioso curso”.

Como se percebe, portanto, a análise de Singer é positiva em relação à experiência petista no poder, destacando suas potencialidades, ainda que não deixe de apontar suas contradições e limitações ao promover um processo de transformação que não implica um reformismo forte. Não obstante haja diferenças significativas, a análise de Singer converge, no plano mais geral, com interpretação recente da “era lulista”, elaborada por José Maurício Domingues, em seu livro *O Brasil entre o Presente e o Futuro. Conjuntura Interna e Inserção Internacional*, sobretudo nos capítulos 3 e 4, intitulados, respectivamente, “‘Pobres’, Esquerda e Mudança Social no Brasil Contemporâneo” e “O Brasil entre o Presente e o Futuro”. Domingues compartilha, em grande média, do diagnóstico construído por Singer, embora problematize o peso excessivo dado a certas categorias do marxismo, que, segundo ele, não dariam conta de responder aos desafios colocados na sociedade brasileira contemporânea, sobretudo no que diz respeito às suas referências ao “bonapartismo” e “cesarismo”. De acordo com o autor, na atual conjuntura política brasileira, se coloca a necessidade de se construir uma análise do longo processo no qual se verifica o desencadeamento de uma “revolução democrática, molecular”, impulsionada por “uma esquerda moderada”, que “dá passos importantes para transformar as seculares estruturas de desigualdade” (DOMINGUES, 2013, p.70), ao mesmo tempo em que enfrenta contradições de grande magnitude para fazer avançar os processos de democratização da sociedade.

Para Domingues, desde a ascensão de Lula ao poder, ocorreram modificações relevantes na sociedade brasileira, associadas a dois aspectos essenciais: de uma parte, ocorreu uma transformação significativa na posição dos trabalhadores, tanto no “plano material”, como decorrência da ampliação de políticas voltadas para o combate à pobreza, por meio do programa “Bolsa Família”, do aumento do salário mínimo, da formalização do emprego e da expansão do crédito, quanto “no que diz respeito ao imaginário nacional”, uma vez que Lula representou simbolicamente a ascensão do povo ao poder; de outra parte, verificou-se a retomada do crescimento econômico, pela ampliação da exportação de *commodities*, modificando-se, ainda que de forma limitada, a inscrição do país na geopolítica mundial, com uma postura externa mais assertiva. Contudo, assim como destacado por Singer, Domingues evidencia as contradições intrínsecas ao projeto lulista, que deveriam ser localizadas, entre outras

razões, no fato de a ascensão do PT ao poder ter se dado em uma conjuntura política marcada pela baixa onda de mobilização dos movimentos sociais, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, na eleição de Evo Morales, na Bolívia, que contou com forte participação do Movimento ao Socialismo (MAS).

Além disso, a composição do governo e as políticas adotadas, não obstante seus avanços, parecem, para o autor, ter atingido seus limites nos últimos anos. Ou, dito nos seus termos, “o que seria cabível chamar de ‘keynesianismo dos pobres’ parece ter batido em seu teto” (p.78). Se determinadas mudanças – a exemplo das políticas focalizadas de distribuição de renda e das políticas de ação afirmativa – têm tido papel fundamental no sentido de permitir transformações fundamentais no Estado, em função de “uma ‘cidadania instituída’ e ‘cristalizações democráticas’ dentro do aparelho estatal (isto é, leis e regulação, quadros dirigentes, mudança de horizontes normativos, políticas públicas)”(p.81), elas não são suficientes para um enfrentamento mais significativo das desigualdades no país, uma vez que se afastam da construção de uma política de cunho universalista. O Brasil correria hoje o risco de se converter em “um sistema dual de bem-estar, mercantilizado para os ricos e remediados, residual e na prática formal ou informalmente focalizado para os pobres, ao estilo estadunidense” (p.83), evidenciando os limites do lulismo para a conformação de um projeto reformista mais forte. Daí, concluir seu argumento, defendendo a necessidade de se caminhar no sentido da construção de uma agenda mais universalista que, sem perder de vista os avanços até agora alcançados, promova mudanças estruturais mais efetivas na sociedade brasileira.

Entre as interpretações mais influentes sobre o Brasil do tempo presente, elaboradas nos últimos anos, destaca-se aquela formulada por Marcos Nobre, no livro *Imobilismo em Movimento. Da Abertura Democrática ao Governo Dilma*. Neste trabalho, Nobre faz uma análise histórica mais ampla, partindo desde o último governo da ditadura militar, de João Baptista Figueiredo (1979-1985), até chegar à eleição de Dilma Rousseff, em 2010, procurando analisar a conformação daquilo que denomina como “pemedebismo”. O “pemedebismo” se configuraria como uma determinada cultura política que se estabeleceu nos anos 1980, que, a despeito das transformações ao longo dos anos, “estruturou e blindou o sistema político contra as forças sociais de transformação” (NOBRE, 2013, p.10), tendo como características principais o governismo, a busca pela produção de supermaiorias legislativas, a construção de um sistema hierarquizado de vetos e contornos de vetos, a criação de barreira para a entrada de novos membros e o bloqueio de oponentes ainda nos bastidores, evitando, dessa maneira, o enfrentamento público e aberto. Nascido na conjuntura da Assembleia Constituinte, impulsionado pelo chamado “Centrão”, no sentido

de controlar o ritmo da agenda de transformações em curso naquele contexto, o pemedebismo teria voltado a se manifestar após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992, momento este crucial, no qual se estabeleceu a ideia segundo a qual seria necessário assegurar maiorias partidárias para evitar graves crises e assegurar a governabilidade. Com base nesse contexto, teria sido construído, segundo Nobre, o “acordo da governabilidade”, ancorado no arranjo pemedebista, atravessando os governos tucano e petista, como marca fundamental da política brasileira.

Nobre procura analisar o enigma do “lulismo”, tendo em vista sua relação com o chamado pemedemismo. De acordo com o autor, seria possível estabelecer duas fases para o governo Lula, quais sejam: uma primeira, iniciada em 2003 e encerrada em 2005, quando, de um lado, Lula manteve e, em alguns casos, aprofundou as políticas neoliberais do período anterior, e, de outro, procurou estabelecer as condições para garantir uma maioria do parlamentar independente do PMBD; e uma segunda fase, que teve início em 2006, após a crise do mensalão, permanecendo até 2010, quando o PT, que se colocara até então como o principal representante do “antipemedemismo” na política brasileira, passou a se assegurar no arranjo pemedebista de modo a garantir a governabilidade, pela construção de supermajorias parlamentares, abrindo possibilidades para avançar em políticas sociais importantes. Nesse contexto, segundo Nobre, Lula teria optado por uma tática chamada pelo autor de “ocupação pela esquerda do pemedebismo” (p.103), que permitiu a consolidação do *social-desenvolvimentismo*, um modelo de sociedade voltado para o combate às diferentes formas de desigualdade e à inclusão de parcelas da sociedade, ainda que isto tenha se dado ao custo de uma “normalização do pemedebismo”, colaborando “para o fechamento do sistema político em si mesmo, para a continuidade da exclusão da representação da enorme maioria da população” (p.115).

Nessa perspectiva, Nobre procura apontar justamente para as contradições e ambivalência do governo Lula, marcado quer pelo avanço de alterações importantes na vida social brasileira, vinculadas à criação e à ampliação de políticas de transferência de renda, às reformas microeconômicas de crédito e ao aumento real do salário mínimo, impulsionadas pelo modelo “social-desenvolvimentista”, quer pela permanência de elementos fundamentais do arranjo do pemedebismo, que, ao mesmo tempo em que asseguram que essas mudanças tenham curso, colocam freios a transformações mais significativas no país. De acordo com o autor, nesse jogo de contradições e ambivalências, “a pemedebização da política continua a ameaçar o aprofundamento do social-desenvolvimentismo” (p.134). A questão que se coloca nas atuais circunstâncias, de acordo com Nobre, é se a conjuntura política aberta pelas manifestações de junho de 2013, “revoltas antipemedebistas por excelência”, terão força suficiente para alterar

o modelo de gerenciamento político e econômico herdado do governo Lula e transformado no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

\*\*\*\*\*

No campo das análises que elaboram interpretações mais negativas dos dez anos de governo petista, vale destacar aquelas realizadas por Francisco de Oliveira, Ruy Braga, Luiz Werneck Vianna e José de Souza Martins. Desde o primeiro ano do governo Lula, Francisco de Oliveira tem buscado construir análises problematizadoras de desdobramentos. Exemplar, nesse sentido, é sua obra *Crítica à Razão Dualista. O Ornitórrinco*, atualização de ensaio clássico publicado nos anos 1970. Neste texto, publicado já no primeiro ano do governo Lula, o autor apresenta críticas contundentes aos rumos que pareciam se esboçar naquela conjuntura. Mobilizando a imagem do ornitórrinco, “animal que não é isso nem aquilo”, Oliveira buscou problematizar a conjuntura política do país e enfatizar as “recentes convergências programáticas entre PT e PSDB”, que, a despeito de suas particularidades, teriam se conformado como administradores da expansão do capitalismo desigual brasileiro. Partindo da similaridade entre as duas legendas, o autor procurou discutir neste trabalho a constituição de uma nova classe social no país – que se estruturaria sobre, “de um lado, técnicos e intelectuais doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB”, e, de outro, “operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT” – cuja identidade adviria do “controle do acesso aos fundos públicos” (OLIVEIRA, 2003, p. 147). Em artigo publicado em 2006, na revista *Novos Estudos*, do Cebrap, intitulado “O Momento Lênin”, Francisco de Oliveira manteve o tom ácido das críticas ao governo Lula. Reconstruindo o processo que resultou na chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, o autor critica, neste artigo, a submissão do governo Lula às políticas de desestatização e de expansão do capital financeiro, reforçando a posição subordinada do país na globalização capitalista contemporânea (OLIVEIRA, 2006).

Posteriormente, em textos publicados mais recentemente – com destaque para o artigo “Hegemonia às Avessas”, que veio a público originalmente na revista *Piauí*, em 2007, e, posteriormente, no livro *Hegemonia às Avessas. Economia, Política e Cultura na Era da Servidão Financeira*, organizado por Ruy Braga e Cibele Rizek –, Francisco de Oliveira aprofundou suas análises, procurando decifrar o enigma lulista, compreendendo-o como uma “hegemonia às avessas”. Segundo o autor, o principal elemento dessa hegemonia, “típica da era da globalização” e semelhante àquela que se construiu na África do Sul do apartheid, seria a abdicação, por parte da classe dominante, do poder a favor dos “dominados” – que Lula, em tese, representaria –, sob a condição de que os fundamentos estruturais da sua dominação não fossem questionados de forma significativa. As

classes dominadas tomariam a “direção moral da sociedade”, enquanto a “dominação burguesa” se faria de forma “mais descarada”, sem quaisquer questionamentos efetivos à exploração capitalista. Este processo resultaria em uma intensificação da desmobilização das classes subalternas e dos movimentos sociais, conduzindo ao desaparecimento do “conflito de classes”, bem como à configuração de um quadro no qual os dominados pensariam que dominariam, quando, na prática, o governo capitularia frente à “exploração desenfreada” (OLIVEIRA, 2010).

Em artigo publicado em 2009, também na revista Piauí, intitulado “O Averso do Averso”, Oliveira buscou aprofundar uma interpretação das consequências da “hegemonia às avessas” para a política brasileira, implementada pelo governo petista. O governo Lula, “na senda aberta por Collor e alargada por Fernando Henrique Cardoso”, teria ampliado ainda mais “a autonomia do capital, retirando às classes trabalhadoras e à política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática”. Enquanto FHC teria destruído “os músculos do Estado para implementar o projeto privatista”, o governo petista teria destruído “os músculos da sociedade”, pela cooptação dos movimentos sociais. Na era lulista, a política foi “substituída pela administração” das políticas sociais e o país viu a retomada da “cultura do favor”, que teria como exemplar evidente o programa “Bolsa-Família”. Testemunharíamos, na atual conjuntura, um processo crescente de despolitização da questão da pobreza e da desigualdade. A negação da política, cada vez mais administrativa e espetacularizada, teria subsumido por completo o conflito de classes. De acordo com a perspectiva de Oliveira, o chamado “lulismo” seria uma “regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda” (OLIVEIRA, 2009).

Na senda aberta por Francisco de Oliveira, Ruy Braga também vem construindo argumentos críticos ao que ele denomina “projeto conservador” do lulismo. Exemplos, nesse sentido, são os artigos contidos em seu livro *A Política do Precariado. Do Populismo à Hegemonia Lulista*, nos quais, com base em um diálogo com a bibliografia nacional e internacional sobre a temática do trabalho, bem como com a produção da nacional em torno do enigma do “lulismo” – especialmente os trabalhos de André Singer e Francisco de Oliveira –, o autor analisa a configuração do “precariado”, isto é, o “proletariado precarizado” pós-fordista no Brasil, demonstrando sua relação com a conjuntura política do país, em especial, com a conformação da “hegemonia lulista”. Partindo da análise empírica de um grupo de teleoperadores precarizados da indústria do *call center* da cidade de São Paulo, “verdadeiro retrato do precariado pós-fordista em condições sociais periféricas” (BRAGA, 2012, p.36), Braga procura, neste trabalho, investigar o consentimento das massas ao projeto de “hegemonia lulista”, mesmo em um contexto de “desagregação social” como consequência da

“conversão do petismo ao rentismo globalizado” e do “transformismo” da direção histórica dos movimentos sociais.

De acordo com Braga, a “hegemonia lulista” seria mais regressiva do que progressiva, resultando da convergência de duas formas diferenciadas de consentimento, a saber: de um lado, ela seria construída pelo “consentimento ativo” das direções dos movimentos sociais, especialmente das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, que teriam se acomodado a posições no aparelho estatal e em vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão das empresas estatais, abandonando a postura crítica e combativa de períodos anteriores; de outro lado, a “hegemonia lulista” se conformaria através do “consentimento passivo” das massas, que apoiariam o governo seduzidas pelas políticas de redistribuição de renda e pelos “modestos” ganhos salariais proporcionados pelo crescimento econômico. Assentado nesse duplo consentimento, o governo Lula seria marcado pelo conservadorismo político, uma vez que estaria limitado por fortes compromissos junto a setores conservadores e ao capital financeiro. Não obstante esse cenário, com base em sua pesquisa junto aos teleoperadores da cidade de São Paulo, Braga diagnostica um gradativo crescimento da insatisfação do precariado com a hegemonia lulista, que teria começado a se “manifestar nas greves e nas mobilizações do setor, pressionando o sindicalismo lulista a incorporar suas demandas que, lentamente, vão se tornando mais ofensivas” (p.230).

Luiz Werneck Vianna também vem desenvolvendo uma interpretação crítica dos governos petistas, embora se possa afirmar que ele, de maneira geral, reconheça mais avanços nestes doze anos do que Oliveira e Braga. Em textos como “O Estado Novo do PT” (2007) e “A Viagem (quase) Redonda do PT” (julho de 2009), publicados, respectivamente, no site *Gramsci e o Brasil* e no *Jornal de Resenhas*, Werneck procura criticar aquilo que denomina como a “viagem quase redonda”, realizada pelo PT ao chegar ao governo federal. Para o autor, o partido teria promovido uma retomada do nacional-desenvolvimentismo que antes tanto criticara, sem, contudo, fazer uma autocrítica e sem reinventá-lo em uma chave progressista. As forças sociais representadas pelo partido, que deveriam apresentar a descontinuidade, se tornaram as portadoras da continuidade, trazendo de volta a lógica política dos processos de modernização progressos, com as mudanças sendo processadas “pelo alto”. A principal consequência desse processo seria a subsunção do social ao Estado, que passaria a processar e arbitrar os conflitos entre classes e frações de classes no interior do próprio governo. Ainda que os governos petistas tenham tido êxito no sentido de contemplar interesses substantivos de diversos segmentos da sociedade, a política estaria sendo cooptada pelo Estado, sob a liderança de um chefe carismático, e pela condução de um processo de modernização *a partir*

*do alto*, que, a despeito da retórica fraterna, não traria consigo o *moderno*, que suporia autonomia dos sujeitos na trama do social.

Aí está o âmago da crítica de Werneck à experiência petista – mais bem explorada nos artigos que compõem seu livro *A Modernização sem o Moderno* –, a saber: a modernização “por cima”, feita por Lula e Dilma, impediria a afirmação do *moderno* no país, compreendido como “um contínuo aprofundamento da democracia política, de valorização da auto-organização do social e da autonomia da vida associativa diante do Estado” (WERNECK VIANNA 2011, p. 20). Os governos petistas, pela história do próprio partido e pela herança legada ao país pela Constituição de 1988, teriam encontrado condições propícias para efetivar uma agenda política capaz de trazer o moderno, mas, ao fim e ao cabo, teriam sucumbido a mais um ciclo de modernização – na esteira de Vargas, JK e do regime militar –, que se mostrou incapaz de “interpelat criticamente a nossa experiência republicana”, trazendo de volta “alguns dos seus aspectos mais recessivos” (p. 20). Mesmo em um contexto marcado pela expansão econômica e pela modernização das estruturas sociais, a experiência petista mostrou-se inábil no sentido de inovar o repertório político, concedendo “nova vida às instituições cediças”, pela ação de um Estado disposto assimetricamente à sociedade e de uma política pragmática capaz de subsumir o moderno à modernização.

Em textos mais recentes publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, Werneck vem avançando em suas críticas à experiência petista, procurando vinculá-la àquilo que intitula de “projeto nacional grão-burguês”. Uma de suas principais objeções a este projeto se relaciona às tentativas feitas pelo governo de vincular retoricamente sua política ao ideário “nacional-popular”, que, embora gestado no segundo governo Vargas, encontrou maior expressão na década de 1960, pela intensa participação popular. Para Werneck, a experiência petista não pode ser associada ao “nacional-popular”, na medida em que é construída por um projeto “de cima para baixo”, conduzido por elites dirigentes constituídas pela tecnocracia e pelo grande empresariado, imersas em cálculos de macroeconomia, sem a participação ativa da sociedade e dos segmentos subalternos. O nacional seria subsumido, dessa forma, à lógica da modernização econômica, e as razões instrumentais conduziriam à construção da noção de “grande potência mundial”, que subordinaria a agenda da sociedade civil, que, no máximo, seria encarada como agente passivo e beneficiário dos êxitos da acumulação capitalista.

Ainda que, segundo uma perspectiva diversa, outro autor que vem procurando decifrar o “enigma” lulista em uma chave mais crítica é José de Souza Martins, especialmente em alguns dos artigos que compõem o livro *Política do Brasil. Lúmpen e Místico*. Neste trabalho, o autor procura situar o governo Lula em um enquadramento mais amplo da sociedade brasileira,

que deveria ser pensada, segundo o autor, como sendo, estruturalmente, uma “sociedade de história lenta”, atravessada por um conjunto de relações socialmente arcaicas – presentes, de forma exemplar, na questão fundiária e na grande concentração de terras no Brasil –, que limitariam fortemente o desenvolvimento do país e a ampliação dos processos de democratização política e social. Retomando e atualizando, segundo novas perspectivas, muitos dos argumentos presentes em seu livro *O Poder do Atraso*, base deste trabalho, Martins procura sustentar que parte significativa das anomalias do Brasil contemporâneo se explica pela permanência das heranças e pendências do passado, que coexistem fortemente com elementos modernos. Ainda que a sociedade brasileira possa mudar na superfície, permanecem inalterados elementos fundamentais das estruturas sociais profundas, vinculadas às relações sociais, às mentalidades e às instituições. Esta tensa combinação das formas tradicionais com as formas modernas asseguraria o ritmo lento das mudanças do país, freando o desenvolvimento social e político “de nosso capitalismo de extremos desencontrados” (MARTINS, 2011, p.8).

É precisamente no interior desse marco mais amplo da “sociedade de história lenta” que Martins empreende seu esforço analítico para compreender o lulismo. De acordo com o autor, não obstante as promessas anteriores à chegada ao poder e a retórica ufanista de esquerda esposada pelo petismo, uma vez no governo, o lulismo teria se colocado como representante fundamental dessa “história lenta”, ao manter – e, em certo sentido, aprofundar – aspectos característicos da ordem tradicional. O programa “Bolsa-Família” é tomado como elemento exemplar dessa perspectiva, tendo se transformado, segundo Martins, em um “instrumento de clientelismo eleitoral”, cujas consequências principais teriam sido a institucionalização do “conformismo político” e a transformação das “massas desvalidas” em “sócios menores do poder”, vinculando-as à tutela estatal (p.9). Ainda que políticas públicas como o “Bolsa-Família”, o ProUni e as cotas raciais possam ter tido importância para a ascensão social dessas massas, o programa político daquilo que o autor chama de “neoesquerda populista”, ao se ancorar em políticas essencialmente assistencialistas e compensatórias, estaria longe de poder ser considerado verdadeiramente transformador, uma vez que reafirmaria aspectos marcadamente conservadores da estrutura socialmente desigual da sociedade brasileira.

Além disso, o lulismo, segundo Martins, teria se configurado como um “neocorporativismo de esquerda”, atuando como um instrumento perpetuador do conformismo dos movimentos sociais, inviabilizando as próprias ideias de república e de democracia no Brasil. Uma vez no poder, o PT teria se empenhado na construção de uma agenda essencialmente conservadora, marcada pela conformação de “uma política de conciliação dos contrários, amansando e enquadrando os belicosos” – mediante a

cooptação e a tutela dos movimentos sociais, como os sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)– e “seduzindo os poderosos, como fez com os partidos verdadeiramente de direita, os banqueiros e os investidores estrangeiros” (p.10). Nesse sentido, ainda que tenha contribuído para reduzir, com limitações, as desigualdades sociais, o lulismo teria como resultado um saldo negativo, na medida em que teria, de um lado, transformado em estruturais as políticas clientelistas, e de outro, contribuído sobremaneira para a desmobilização, o conformismo e, conseqüentemente, a despolitização da sociedade civil, de maneira geral, e dos movimentos sociais, em particular. Para Martins, “a concepção de social-democracia do PT” acabaria por levar o país “para um crônico resquício de monarquismo benevolente, o monarquismo popular dos líderes carismáticos e da nossa tradição milenarista” (p.24), afastando-nos da forma republicana da política e dos grandes desafios colocados para a transformação da sociedade brasileira.

\*\*\*\*\*

No decorrer deste artigo, não procurei construir uma análise detalhada e pormenorizada sobre as interpretações do governo Lula, realizadas pelos oito cientistas sociais acima mobilizados. Também não pretendi sustentar o argumento de que elas esgotam todas as possibilidades de análise sobre a conjuntura brasileira ao longo desse período. O objetivo foi tão somente tentar traçar os sentidos gerais dos argumentos desses analistas, de modo a ilustrar as linhas principais de importantes leituras sobre o Brasil no tempo presente. Não resta dúvida de que, ao separar essas interpretações sobre o governo Lula em dois grandes blocos – análises mais positivas e mais negativas –, existe sempre o risco da simplificação e da generalização de argumentos que são mais complexos e sofisticados do que aqueles apresentados ao longo do texto. Tal movimento interpretativo, no entanto, se justificou pela importância de destacar as principais questões e tensões que estão presentes no debate mais amplo sobre os significados, heranças e desdobramentos do governo Lula para a conjuntura nacional.

De modo geral, a despeito das diferenças, as interpretações aqui mobilizadas contribuem, de diferentes maneiras, para uma compreensão mais ampla e plural dos avanços, limitações e contradições do governo Lula. A tomar pelos argumentos mobilizados ao longo do texto, é possível dizer que, se por um lado, determinadas interpretações mais positivas do lulismo se equivocam na louvação da experiência petista, enfatizando em demasia seus aspectos virtuosos, aquelas pertencentes ao bloco negativo pesam, muitas vezes, a mão na crítica, ao não reconhecerem os avanços que tiveram curso nos últimos anos na sociedade brasileira. Se é um erro considerar o lulismo um caminho forte no sentido da superação da agenda neoliberal e da construção de um projeto alternativo ao capitalismo – so-

bretudo no que diz respeito ao não enfretamento da agenda econômica ortodoxa herdada do período anterior, à aceitação do lado deletério do “presidencialismo de coalizão”, à construção de políticas “de cima para baixo” sem a participação mais forte, politizada e autônoma da sociedade civil, à política desenvolvimentista majoritariamente alheia às questões ambientais e à naturalização das políticas de transferência de renda focalizadas sem maiores preocupações com a construção de agendas universalistas de enfrentamento mais radical da desigualdade brasileira –, é da mesma maneira equivocado não perceber o quanto os governos petistas alteraram, ainda que de forma tímida, a conjuntura política brasileira a favor de um projeto de esquerda, ao retomarem a importância do papel do Estado na economia, ao iniciarem uma nova forma de diálogo com os movimentos sociais, ao trazerem novamente para o centro da cena o debate sobre a desigualdade social, ao promoverem políticas afirmativas direcionadas a públicos historicamente marginalizados na sociedade, ao investirem maciçamente na criação de empregos e no aumento real do salário mínimo e ao buscarem a construção de uma política externa mais soberana.

Ainda que não seja possível e nem muito menos necessário estabelecer qual interpretação seria a mais correta, daquelas acima mobilizadas, para compreender a “era Lula”, acredito que decifrar o enigma do seu significado implique sua percepção como atravessada por aspectos contraditórios e conflitantes. Isso implica dizer que o enigma lulista reside justamente no fato de termos tido um governo que, não obstante alguns enfrentamentos à esquerda, se configurou como uma coalizão de classes, mobilizando para a direção do Estado grupos progressistas e conservadores, estando, por consequência disto, limitado para a construção de enfrentamentos mais fortes para o avanço dos processos de democratização política e social do país. A questão que se coloca para os próximos anos é se a conjuntura política aberta pelas manifestações de junho de 2013 e pela eleição de Dilma Rousseff em 2014 contribuirá, ou não, para fazer com que estes aspectos contraditórios e conflitantes sejam devidamente superados em um sentido mais radical de mudança política e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Lula's Brazil. *London Review of Books*, v.33 n.7, 31 mar. 2011.
- BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado. Do Populismo à Hegemonia Lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O Papel da Oposição. *Interesse Nacional*, n.13, abr. 2011.
- DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil entre o Passado e o Futuro. Conjuntura Interna e Inserção Internacional*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

- MARTINS, José de Souza. *A Política do Brasil Lúmpen e Místico*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento. Da Abertura Democrática ao Governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003
- \_\_\_\_\_. *Momento Lênin*. Novos Estudos Cebrap. v.75. jul 2006.
- \_\_\_\_\_. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco et al. (Orgs). *Hegemonia às Avessas: Economia, Política e Cultura na Era da Servidão Financeira*. São Paulo: Boitempo, p.369-376, 2010.
- PERLATTO, Fernando & SOUSA, Diogo. Intelectuais, Pensamento Social e os Embates sobre a Interpretação do Brasil. *Locus* (UFJF), v.30, p.29-45, 2010.
- RICCI, Rudá. *Lulismo: Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira*. Brasília: Contraponto, 2010.
- SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: SADER, Emir & GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). *Brasil: Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Boitempo, p.11-29, 2010.
- \_\_\_\_\_. A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal. In: SADER, Emir (Org.), *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil. Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, p.135-143, 2013.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *A Modernização sem o Moderno: Análises de Conjuntura na Era Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

*Recebido em: 17/03/2015*

*Aceito em: 20/04/2015*